



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

**ANEXO VIII****MINUTA DE CONTRATO**

PROCESSO Nº 23110.039274/2018-84

CONTRATO Nº XXXX/XXXX

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRODUTOS PARA LABORATÓRIO PARA FORNECIMENTO COMPLETO DE INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DOS EXAMES DE IMUNOLOGIA COM FORNECIMENTO DOS KITS E DOS SEUS CONSUMÍVEIS, DISPONIBILIZANDO EQUIPAMENTO INTERFACEADO EM COMODATO, ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CIENTÍFICA EM RELAÇÃO A METODOLOGIAS E A ESPECIFICIDADES DA MÁQUINA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS** E A EMPRESA **XXXX**.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas/RS, inscrito no CNPJ sob o nº **92.242.080/0001-00**, neste ato representado pelo seu Reitor, Prof. Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 7051603285-SSP/RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, representando o **HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, inscrito no CNPJ **92.242.080/0002-90**, com sede na Rua Professor Araújo nº 538, Centro, Pelotas/RS, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, CNAE nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada por **XXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.00XXXX/20XX-XX, e o resultado final do **Pregão Eletrônico nº 061/2018**, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em produtos para laboratório para fornecimento completo de insumos para realização dos exames de Imunologia com fornecimento dos Kits, e dos seus consumíveis, disponibilizando equipamento interfaceado em comodato, além de assistência técnica e científica em relação a metodologias e a especificidades da máquina, conforme Pedido 012D/2017, da Unidade de Laboratório de Análises Clínicas e Anatomia Patológica, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, com consumo estimado para 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, e obedecendo o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

ITEM	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO
<b>LOTE ÚNICO (Ampla Participação)</b>				
1	800	Teste	*	ANTI - HBC
2	2800	Teste	*	ANTI - HBS
3	5700	Teste	*	ANTI - HCV
4	500	Teste	*	BETA - HCG
5	1600	Teste	*	CEA
6	800	Teste	*	CITOMEGALOVÍRUS IGG
7	400	Teste	*	CITOMEGALOVÍRUS IGM
8	1000	Teste	*	FERRITINA
9	2700	Teste	*	T4 LIVRE
10	5900	Teste	*	HBSAG
11	3400	Teste	*	HIV1/HIV2
12	450	Teste	*	HTLV I/II
13	1600	Teste	*	PSA
14	3000	Teste	*	TOXOPLASMOSE IGG
15	3000	Teste	*	TOXOPLASMOSE IGM
16	6400	Teste	*	TSH
17	1400	Teste	*	VITAMINA D 25 HIDROXI
18	500	Teste	*	TROPONINA

1.1.1. Os quantitativos constantes no quadro são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de insumos efetivamente fornecidos no período mensal.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1. As informações complementares relativas ao objeto do contrato são aquelas previstas na Cláusula Quinta do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA / EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. O prazo de execução do serviço relacionado à execução do contrato é aquele previsto na Cláusula Sexta do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

## 4. CLÁUSULA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

4.1. As condições para aceitação do objeto deste contrato são aquelas previstas na Cláusula Sétima do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO EM COMODATO PARA O LOTE**

5.1. As especificações do equipamento que deverá ser fornecido em comodato são aquelas previstas na Cláusula Oitava do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO TREINAMENTO**

6.1. As definições referentes ao treinamento estão descritas na Cláusula Nona do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO**

7.1. As informações com relação à manutenção dos equipamentos são aquelas previstas na Cláusula Dez do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **8. CLÁUSULA OITAVA - DA NOTA FISCAL**

8.1. As informações referentes à emissão da Nota fiscal estão previstas na Cláusula Onze do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nas Cláusulas Treze e Quatorze, respectivamente, do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **10. CLÁUSULA DEZ - DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. As condições para subcontratação estão previstas na Cláusula Quinze do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **11. CLÁUSULA ONZE - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1. As alterações subjetivas relacionadas a este instrumento contratual são aquelas previstas na Cláusula Dezesesseis do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **12. CLÁUSULA DOZE - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. A forma de controle e a fiscalização da execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA estão previstas na Cláusula Dezesete do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **13. CLÁUSULA TREZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas na Cláusula Dezoito do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **14. CLÁUSULA QUATORZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As disposições gerais relativas ao objeto do contrato estão previstas na Cláusula Dezenove do Termo de Referência, ANEXO I do Edital (0296932).

#### **15. CLÁUSULA QUINZE - DA VIGÊNCIA**

15.1. O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo a critério da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

15.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

15.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

15.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

15.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

15.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

15.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

15.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

15.4. A execução será iniciada a partir da Ordem de Serviço emitida pela fiscalização em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato.

## 16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DO PREÇO

16.1. O valor mensal ESTIMADO da contratação é de R\$ .... e o valor total ESTIMADO é de R\$....

16.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

16.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão do resultado do IMR – ANEXO V do Edital (0296932) e dos quantitativos de material efetivamente fornecido, conforme quadro abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO SIASG	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO)	VALOR UNITÁRIO TOTAL (ESTIMADO)
<b>LOTE ÚNICO (Ampla Participação)</b>						
1	800	Teste	*	ANTI - HBC		
2	2800	Teste	*	ANTI - HBS		
3	5700	Teste	*	ANTI - HCV		
4	500	Teste	*	BETA - HCG		
5	1600	Teste	*	CEA		
6	800	Teste	*	CITOMEGALOVÍRUS IGG		
7	400	Teste	*	CITOMEGALOVÍRUS IGM		
8	1000	Teste	*	FERRITINA		
9	2700	Teste	*	T4 LIVRE		
10	5900	Teste	*	HBSAG		
11	3400	Teste	*	HIV1/HIV2		
12	450	Teste	*	HTLV I/II		
13	1600	Teste	*	PSA		
14	3000	Teste	*	TOXOPLASMOSE IGG		
15	3000	Teste	*	TOXOPLASMOSE IGM		
16	6400	Teste	*	TSH		
17	1400	Teste	*	VITAMINA D 25 HIDROXI		
18	500	Teste	*	TROPONINA		

**VALOR TOTAL (ESTIMADO)****17. CLÁUSULA DEZESSETE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

17.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação descrita na Cláusula Dezessete do Edital do Pregão (0296932), conforme segue:

Gestão/Unidade (UGR): 154145

Fonte de Recurso: 6153000300

Programa de Trabalho (Ptres): 109671

Elemento de Despesa: 339030

Plano Interno: MAC2018

17.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

**18. CLÁUSULA DEZOITO - DO PAGAMENTO**

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do "Atesto" da Nota Fiscal/Fatura.

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

18.2.1. A contratada deverá emitir somente uma nota fiscal de serviços a cada mês (primeiro dia do mês subsequente), compreendendo todos os serviços realizados no período. Isso deverá ser feito da seguinte forma:

18.2.1.1. Ao final de cada mês da execução contratual, a CONTRATADA apresentará um relatório prévio dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

18.2.1.2. Após a verificação de conformidade dos serviços prestados e aplicação do método de aferição de qualidade dos mesmos (IMR), o fiscal do contrato autorizará a emissão da Nota Fiscal/Fatura.

18.3. O "atesto" na Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da documentação apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

18.3.1. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O pagamento somente será efetuado após a conferência do "atesto" pelo servidor competente (Fiscal) da Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo CONTRATADO, quitação de encargos sociais e encargos incidentes, e da verificação da perfeição técnica do trabalho realizado.

18.4.1. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

18.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.5.1. Será verificada também, antes do pagamento, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em consulta ao portal do Tribunal Superior do Trabalho.

18.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

18.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

18.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

18.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

I =	(6/100)
	365

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 19. CLÁUSULA DEZENOVE - DO REAJUSTE

19.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, desde que solicitado pela CONTRATADA, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## 20. CLÁUSULA VINTE - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, como condição para a assinatura do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

20.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

20.1.2. Seguro-garantia; ou

20.1.3. Fiança bancária.

20.2. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.3. O prazo para apresentação da garantia será definido pela Administração, após a licitação e antes da assinatura do contrato, na convocação que será feita à empresa.

20.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total da proposta por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a desclassificar a proposta e convocar a próxima licitante na ordem de classificação para a assinatura do contrato.

20.6. Se, por algum motivo, a assinatura do contrato ocorrer antes da apresentação da garantia, esta deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Contratante fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.7. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que deverá ser renovada em caso de prorrogação contratual, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

20.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.8.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.8.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.8.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

20.9. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal, mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas.

20.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

20.13. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

20.14. Após três meses da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

20.15. Será considerada extinta a garantia:

20.15.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.15.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

## 21. **CLÁUSULA VINTE E UM - DAS VEDAÇÕES**

21.1. É vedado à CONTRATADA:

21.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

21.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 22. **CLÁUSULA VINTE E DOIS - DAS ALTERAÇÕES**

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

22.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

### 23. **CLÁUSULA VINTE E TRÊS - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

23.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### 24. **CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

24.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, e no presente contrato.

24.2. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

24.2.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

24.2.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações do termo de referência, projetos e prazos;

24.2.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

24.2.4. o atraso injustificado no início do serviço;

24.2.5. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

24.2.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;

24.2.7. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

24.2.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.2.9. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

24.2.10. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

24.2.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

24.2.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

24.2.13. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

24.2.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;



24.2.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

24.2.16. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

24.2.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

24.2.18. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

24.3. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

24.4. A rescisão deste Contrato poderá ser:

24.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos 24.2.1 a 24.2.12, 24.2.17 e 24.2.18 desta cláusula;

24.4.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

24.4.3. judicial, nos termos da legislação.

24.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

24.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 24.2.12 a 24.2.17 desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

24.6.1. devolução da garantia;

24.6.2. pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

24.7. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

24.8. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

24.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

24.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

24.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

24.9.3. Indenizações e multas.

## 25. **CLÁUSULA VINTE E CINCO - DOS CASOS OMISSOS**

25.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 26. **CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA SUB-ROGAÇÃO**

26.1. Com a assinatura do Contrato de Gestão celebrado entre a Universidade Federal de Pelotas – UFPel e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH para a gestão especial gratuita dos hospitais universitários da UFPel, foi criada uma nova filial da referida empresa em Pelotas – RS e como consequência os contratos firmados com o Hospital Escola poderão ser sub-rogados para esta filial.

**27. CLÁUSULA VINTE E SETE - DA PUBLICAÇÃO**

27.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**28. CLÁUSULA VINTE E OITO - DO FORO**

28.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

\_\_\_\_\_  
Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal  
Reitor  
Pela CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
xxxxxxxxxxxxxx  
Representante  
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
Identidade nº:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF nº:  
Identidade nº:



Documento assinado eletronicamente por **Luciele Santa Bárbara Soares, Usuário Externo**, em 05/10/2018, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0300331** e o código CRC **E8001D3E**.